

Metrobus Transporte Coletivo S/A
Metrobus - Transporte Coletivo S/A
Demonstrações contábeis de acordo com Práticas contábeis
adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018

	Notas explicativas	Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais Mil		Notas explicativas	2018	2017
		2018	2017			
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3	57	28			
Contas a receber	4	16.441	15.606			
Estoques	5	928	685			
Adiantamentos	6	286	279			
Impostos e contribuições a recuperar	7	386	906			
		18.098	17.504		32.825	38.321
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Depósitos judiciais	8	3.746	2.823			
		3.746	2.823		19.281	16.546
Investimentos		51	51			
Imobilizado	9	59.659	70.493			
		59.710	70.544		(194.855)	(165.082)
Total do ativo		81.553	90.871		29.447	36.004
					81.553	90.871
				Total do passivo e patrimônio líquido		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro			
Em Reais Mil			
	Notas explicativas	2018	2017
Receita líquida de vendas de serviços			
Transporte urbano	15-a	75.979	75.452
Receita líquida de vendas de serviços		75.979	75.452
Custo dos serviços prestados	15-b	(94.076)	(94.070)
Prejuízo/ Lucro bruto		(18.097)	(18.618)
Receitas e despesas operacionais			
Despesas administrativas, e tributárias	15-c	(15.335)	(18.045)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		5.528	6.978
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(27.904)	(29.685)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras (Nota 15 - d)	15-d	(2.187)	(11.296)
Receitas financeiras		234	731
		(1.953)	(10.565)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(29.857)	(40.250)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	14.343
(Prejuízo) líquido do exercício		(29.857)	(25.907)
(Prejuízo) líquido por ação do capital social		(0,1330)	(0,1332)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do resultado abrangente			
Em Reais Mil			
	2018	2017	
Pejuço do exercício	(29.857)	(25.907)	
Realização da reserva de reavaliação	84	84	
Resultado abrangente total	(29.773)	(25.823)	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais Mil			
2018			
	2018	2017	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) do exercício	(29.857)	(25.907)	
Depreciação e amortização	12.703	12.724	
Resultado pela baixa do Imobilizado	4	1.379	
Reversão de provisões	-	(11.140)	
Baixa de crédito	-	169	
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	890	1.815	
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	(14.343)	
	(16.260)	(35.303)	
(Aumento) diminuição de ativos			
Contas a receber	(835)	(2.520)	
Estoques	(243)	(251)	
Impostos a recuperar	520	(521)	
Depósitos judiciais	(923)	(156)	
Adiantamentos	(7)	135	
	(1.488)	(3.313)	
Aumento (diminuição) de passivo			
Fornecedores	(1.352)	(399)	
Impostos e contribuições a recolher	(1.938)	(4.176)	
Salários e encargos sociais	(533)	484	
Contas a pagar	172	717	
Provisão para contingências	-	1.357	
	(3.651)	(2.017)	
Caixa consumido pelas operações			
Pagamentos efetuados a Redmob	-	23.498	
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(21.399)	(17.135)	
Atividades de investimentos			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(1.872)	(5)	
Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimentos	(1.872)	(5)	
Atividades de financiamentos			
Aumento de capital	23.300	17.150	
Caixa Líquido das atividades de financiamentos	23.300	17.150	
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	29	10	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28	18	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	57	28	
	29	10	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em Reais Mil						
	Capital social		Reserva de lucros	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar				
Em 31 de dezembro de 2016	194.493	(17.787)	86	7.228	(139.259)	44.761
Integralização de capital	-	17.150	-	-	-	17.150
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(84)	84	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(25.907)	(25.907)
Em 31 de dezembro de 2017	194.493	(637)	86	7.144	(165.082)	36.004
Integralização de capital	30.000	(6.700)	-	-	-	23.300
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(84)	84	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(29.857)	(29.857)
Em 31 de dezembro de 2018	224.493	(7.337)	86	7.060	(194.855)	29.447

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

1 Informações gerais

A Metrobus Transporte Coletivo S.A., constituída em 29 de dezembro de 1997, é uma empresa de economia mista, que tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros no município de Goiânia, mediante contrato de concessão.

Em 20 de abril de 2011, foi celebrado entre a Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo - CMTC e a Metrobus Transporte Coletivo S.A, novo contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros correspondente ao lote nº 01 do sistema integrado de transporte da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (SIT-RMTC). O prazo do referido contrato é de 20 anos contados da data de sua assinatura.

Em 06 de agosto de 2014, foi celebrado entre as Empresas Metrobus Transporte Coletivo S.A., Rápido Araguaia Ltda., Viação Reunida Ltda., Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, com intervenção do Consórcio da Rede Metropolitana de Transporte Coletivos da Grande Goiânia -

Consórcio RMTC, e Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia - Setransp, instrumento de Acordo Operacional "Subsistema Anhanguera," para extensão dos serviços da linha estrutural do Eixo Anhanguera, pela Metrobus Transporte Coletivo S.A., alcançando o perímetro urbano dos municípios de Trindade, Goianira, e Senador Canedo. O prazo de vigência do referido acordo é de mesmo período de vigência do contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros mencionado no parágrafo precedente, e o rateio da receita tarifária do Subsistema Anhanguera previsto no item 8.4 do Acordo Operacional será na mesma proporção do quantitativo de alocação de frota para prestação dos serviços; 75,00% para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 12,50% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 10,38% para a Empresa Viação Reunidas Ltda., e 2,12% para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás. Em 14 de outubro de 2014, a Carta Conjunta nº EA-009/2014, suspende o critério de rateio definido no item 8.4 do Acordo Operacional de 06 de agosto de 2014, e institui um novo critério de rateio que passa a ser com base na receita média de cada concessionária, calculada com base nos últimos 06 meses, obedecendo aos seguintes percentuais, 47,30% para a Metrobus Trans-

porte Coletivo S/A, 26,35% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 14,12% para a Empresa Viação Reunidas Ltda., 8,50% para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, e 3,73% para a Empresa HP Transportes Ltda.

Em janeiro de 2016, a Companhia passou a integrar ao Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos – Redmob para de forma conjunta e compartilhada a: i) prestar os serviços de provimento, manutenção e operação de uma central de controle operacional, ii) prestar serviços de provimento manutenção e operação dos serviços de informação metropolitana, e iii) prestar serviços administração, operação, manutenção, limpeza, segurança e exploração comercial dos terminais de integração. Em 2018 a Companhia participou com os seguintes percentuais sobre as receitas e despesas geradas pelo Consórcio: i) 27,31% (janeiro a agosto), 26,02% (setembro a novembro) e 7% (dezembro).

A Companhia vem apresentando prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro. A manutenção da atividade operacional, econômica e financeira da Metrobus Transporte Coletivo S/A depende, fundamentalmente, da reestruturação operacional, administrativa e financeira da companhia.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros, que quando aplicável, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota Explicativa nº 4 - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

Nota Explicativa nº 9 - Vida útil do imobilizado.

Nota Explicativa nº 14 - Provisão para contingências riscos cíveis e trabalhistas.

As demonstrações contábeis da Metrobus Transporte Coletivo S/A foram aprovadas pela Administração em 06 de maio de 2019, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após a data de encerramento de 31 de dezembro de 2018.

Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá suprir a deficiência de capital de giro e obter com base em uma expectativa razoável a reestruturação operacional, administrativa e financeira da Companhia.

Pronunciamentos novos e revisados

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC's/IFRS vigindo a partir de 2018 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa e depósitos bancários.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber, demais a receber e caixa e equivalentes de caixa.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos das transações são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa de investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em despesas financeiras, no período em que ocorrem. Na data base dos balanços não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação das normas contábeis.

Os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras.

2.4 Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. Tal avaliação é baseada e constituída na análise individualizada, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.5 Estoques

Os estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Fixa.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 9.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

A média de vida útil do principal ativo imobilizado da Companhia, "Frota de Ônibus", é de 12 anos, igualmente, a média de vida útil mencionada no contrato de concessão, para substituição do ativo.

2.7 Intangíveis

Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada de 5 anos.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu

valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

No mínimo anualmente ou quando há indicativos de redução do valor recuperável de ativos, a Companhia elabora estimativa dos valores em uso das unidades geradoras de caixa e/ou dos valores justos líquidos de despesas de vendas. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Nenhuma evidência de perda foi identificada nos períodos apresentados.

2.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

2.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração as especificidades de suas operações.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.12 Resultado por ação

Calculado considerando-se o número total de ações existente na data de encerramento dos exercícios, excluídas as ações mantidas em tesouraria, quando existirem.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	57	28
	57	28

4 Contas a receber e outros recebíveis

	2018	2017
Sitpass-subsídio Governo Estado de Goiás	1	1
Filial - C.M.T.C.	2.508	2.508
Repasse Estado Semi - Urbano Entorno de Goiânia	12.770	11.891
Outras contas a receber	3.873	3.917
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.711)	(2.711)
	16.441	15.606

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Metrobus Transporte Coletivo S.A. tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, neste seguimento a receita da prestação de serviços é reconhecida diariamente.

A companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas.

O saldo de "outras contas a receber" inclui valores decorrentes de créditos devidos por empresas prestadoras de serviços, em que a Companhia foi responsável solidária em débitos trabalhistas devidos contra aquelas empresas. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia, com base na análise individual de cada devedor, realizada pelos consultores jurídicos, não efetuou novos registros de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2018	2017
Saldo inicial	(2.711)	(2.542)
Novos registros	(-)	(169)
Saldo final	(2.711)	(2.711)

5 Estoques

	2018	2017
Bens de Consumo – Operadora	889	669
Bens de Consumo Administração	39	16
	928	685

6 Adiantamentos

	2018	2017
Férias e 13º Salário	282	276
Outros	4	3
	286	279

7 Impostos e contribuições a recuperar

	2018	2017
Outros impostos a recuperar	13	108
INSS - Desoneração	373	798
	386	906

8 Depósito judiciais

	2018	2017
Saldo no início do período	2.823	2.667
Adições	2.628	629
Baixas/realizações	(1.705)	(473)
Saldo no final do exercício	3.746	2.823

Os referidos depósitos estão atrelados a processos trabalhistas e cíveis movidos contra a Companhia.

9 Imobilizado

Composto pelos bens patrimoniais utilizados para geração de caixa da Companhia. A companhia monitora os aspectos trazidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e avalia o valor recuperável de seus ativos sempre que identifica indícios de que o valor contábil registrado é superior ao retorno esperado para seus investimentos, realizando provisão contábil sempre que necessário.

Na data de fechamento das demonstrações contábeis, a administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas.



A movimentação do imobilizado em 2018 é demonstrada a seguir:

Descrição	Taxas Anuais de Depreciação	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Imobilizado		59.659	(10.830)	(4)	70.493
Imobilizado Operadora		52.598	(10.747)	(4)	63.348
Operadora		133.558	1.872	(15)	131.701
Equipamentos/Instalações		755	9	(1)	747
Móveis e Utensílios		337	4	(14)	347
Edificações		593	-	-	593
Terrenos		567	-	-	567
Veículos de Apoio		360	-	-	360
Frota de Ônibus		1.255	-	-	1.255
Software-Programas		183	-	-	183
Frota de Ônibus Novos		128.807	1.859	-	126.948
Benefitárias		700	-	-	700
Móveis e Utensílios ADM		-	-	-	-
Depreciação Acumulada		(80.960)	(12.619)	11	(68.353)
Equipamentos/Instalações		(681)	(48)	1	(634)
Móveis e Utensílios	10% a 40%	(259)	(30)	10	(239)
Edificações	4%	(206)	(24)	-	(182)
Veículos de Apoio	7% a 20%	(345)	(20)	-	(325)
Frota de Ônibus	8% a 25%	(1.255)	-	-	(1.255)
Software-Programas		(183)	-	-	(183)
Frota de Ônibus Novos		(77.851)	(12.469)	-	(65.382)
Benefitárias em Propriedade de Terceiros		(181)	(28)	-	(153)
Reavaliação		7.062	(83)	-	7.145
Operadora		10.459	-	(3)	10.462
Equipamentos/Instalações		203	-	-	203
Móveis e Utensílios		45	-	(3)	47
Edificações		2.612	-	-	2.612
Terrenos		5.609	-	-	5.609
Veículos de Apoio		115	-	-	115
Frota de Ônibus		1.829	-	-	1.829
Software-Programas		46	-	-	46
Depreciação Acumulada		(3.398)	(83)	3	(3.317)
Equipamentos/Instalações	1,3% a 70%	(203)	(0)	-	(203)
Móveis e Utensílios	10% a 40%	(45)	-	3	(47)
Edificações	2% a 4%	(1.159)	(83)	-	(1.076)
Veículos de Apoio	7% a 20%	(115)	-	-	(115)
Frota de Ônibus	8% a 25%	(1.829)	-	-	(1.829)
Software-Programas		(46)	-	-	(46)

10. Fornecedores

Fornecedores no país

	2018	2017
Fornecedores no país	6.554	7.906

A Administração da Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2018 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras.

O vencimento das obrigações com fornecedores esta limitado no prazo de 12 meses.

11 Salários e encargos sociais

	2018	2017
INSS	747	1.841
FGTS	239	284
Salários a pagar	2.024	1.160
Provisão de férias	2.296	2.554
	5.306	5.839

12 Impostos e contribuições a recolher

	2018	2017
Circulante		
COFINS	3	7
PIS/PASEP	1	1
ISQN (a)	7.905	9.088
REFIS MUNICIPAL-ISSQN Parcelamento	4.857	4.557
INSS Retenções	2	2.452
Outros Impostos e contribuições a recolher	908	1.354
	13.676	17.459
	2018	2017

Não Circulante

Parcelamento PGFN Lei 11.941 (b)	814	814
Parcelamento PGFN Lei 12.996/14 (b)	1.183	1.183
Parcelamento convencional INSS	3.134	1.291
Parcelamento IPTU	122	120
	5.253	3.408

(a) A Companhia discute na justiça a legalidade da incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza sobre a receita da prestação de serviços no transporte coletivo de passageiros. Conforme parecer dos consultores jurídicos, a Companhia tem grandes possibilidades de êxito nas ações que discutem o mérito da questão.

(b) A Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT nos termos da Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017, convertida na Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, mediante a inclusão dos débitos administrados pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, e Instituto Nacional da Seguridade Social. A dívida tributária junto a PGFN no montante de R\$ 814 (PGFN Lei 11.941) R\$ 1.183 (PGFN Lei 12.996) incluídos no PERT, permanecem pendentes de consolidação em decorrência da indisponibilidade do sistema para prestar informações sobre os débitos, via eCAC da PGFN, na data prevista. A administração vem acompanhando a questão através processo administrativo que visa o reconhecimento pela PGFN da adesão ao PERT, com a inclusão dos débitos no âmbito PERT, liberação do DARF para pagamento do pedágio de 5% (cinco por cento) do valor da dívida atualizada na data da adesão, a aplicação dos descontos legais, bem como a apresentação dos créditos dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL para quitação do saldo remanescente.

13 Contas a pagar

	2018	2017
Contas a Pagar Filial (a)	2.507	2.507
Acordos Judiciais	5	42
CIA Metropolitana de Transportes	4.036	3.960
SANEAGO	233	233
Outras	508	375
	7.289	7.117

(a) Refere-se a despesas diversas geradas pela administração do Transporte Alternativo, insti-

tuído no exercício de 2003. Os resultados para fazer face àquelas despesas em montante igual encontram-se escriturado no ativo circulante.

14 Provisão para contingências

Conforme as avaliações de êxito fornecidas pelos assessores jurídicos e também das avaliações da administração da Companhia, foi constituída provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, conforme a seguir:

	2018		2017	
	Prognóstico de perda provável	Depósitos judiciais	Contingências líquidas de depósitos judiciais	Contingências líquidas de depósitos judiciais
Cíveis	12.813	171	12.642	12.137
Trabalhistas	1.215	306	909	1.001
	14.028	477	13.551	13.138

Em 31 de dezembro de 2018, o montante das contingências classificadas como "perda possível" por nossos assessores jurídicos, o qual não foi registrado provisão para riscos em conformidade com as regras contábeis vigentes é de aproximadamente R\$ 7.363 mil para ações cíveis e R\$ 4.572 para ações trabalhistas.

A movimentação da provisão para perdas prováveis é como segue:

	2017				2018			
	Inicial	Transf.	Adições	Final	Inicial	Transf.	Adições	Final
Cíveis	10.814	-	1.323	12.137	12.137	-	676	12.813
Trabalhistas	967	-	34	1.001	1.001	-	214	1.215
	11.781	-	1.357	13.138	13.138	-	890	14.028

15 Composição das contas de resultado

(a) Receita líquida de vendas de serviços

	2018	2017
Receita bruta de vendas de serviços	77.533	77.012
Impostos sobre as vendas	(1.554)	(1.560)
	75.979	75.452

Conforme artigo 1º da Lei 12.860 de 11 de setembro de 2013, as alíquotas do PIS e COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte público coletivo municipal de passageiros, por meio rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário foram reduzidas a zero. Conforme inciso III do artigo 7º da Lei 12.546/11, a partir de janeiro de 2012 o INSS parte Empresa passou a ser apurado com base na receita da prestação de serviços de transporte passageiros à alíquota de 2%.

(a) Receita bruta de vendas de serviços

	2018	2017
Eixo anhanguera	282	243
Sistema de vale transporte	66.474	66.187
Repasso semi - urbano	9.533	9.296
Permissionários	1.244	1.286
	77.533	77.012

(b) Custos dos serviços vendidos

	2018	2017
Trafego (b1)	(78.052)	(79.611)
Manutenção	(10.684)	(9.145)
Setransp	(5.340)	(5.314)
	(94.076)	(94.070)

(b.1.) Trafego

	2018	2017
Pessoal	(24.643)	(25.098)
Materiais	(17.438)	(16.020)
Depreciação	(12.702)	(12.724)
Serviços de Terceiros	(2.765)	(1.710)
Consórcio REDMOB	(20.504)	(24.059)
	(78.052)	(79.611)



(c) Despesas administrativas e tributárias

	2018	2017
Salários, encargos sociais e outras	(12.221)	(13.863)
Materiais diversos	(752)	(777)
Outros serviços de terceiros	(1.827)	(1.866)
Outras despesas	(535)	(1.539)
	(15.335)	(18.045)

(d) Despesas financeiras

	2018	2017
Multas e Juros (*)	(1.997)	(11.090)
Outras despesas financeiras	(190)	(206)
	(2.187)	(11.296)

(*) Refere-se basicamente a atualização monetária de impostos e contribuições federal.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital autorizado

A companhia esta autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 224.493 mil, mediante deliberação do conselho de administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preços de emissão. Esse valor equivale a uma quantidade total de 224.493 ações autorizadas, com valor nominal de R\$ 1, por ação.

(b) Capital subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 217.156.

17 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar fornecedores.

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são demonstrados por categoria. Demonstramos:

Ativos financeiros

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	57	28
Contas a receber e outros recebíveis	16.441	15.606
	16.384	15.634

Passivos financeiros

	2018	2017
Fornecedores	6.554	7.906
Outras contas a pagar	7.289	7.117
	13.843	15.023

A Administração avaliou que o valor justo dos saldos de depósitos em dinheiro de curto prazo, contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar, são equivalentes aos seus valores contábeis, principalmente devido ao vencimento de curto prazo destes instrumentos financeiros. A Administração da Companhia considera que os instrumentos financeiros registrados em suas demonstrações contábeis pelo seu valor contábil correspondem substancialmente aos montantes que seriam obtidos caso fossem negociados no mercado.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia, avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Os principais fatores de risco de mercado, que podem afetar os negócios da Companhia, estão apresentados a seguir: relação aos valores justos.

(a) Risco de liquidez:

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que elaborou um modelo de gerenciamento das necessidades de investimento e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O gerenciamento de liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pela área de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e aportes de capitais dos acionistas, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

(b) Risco de crédito:

É o risco em que a Companhia encontra dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos.

O perfil dos vencimentos das obrigações com fornecedores está limitado no prazo de 12 meses, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10.

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis, não representam variações significativas em relação aos valores justos.

Gerenciamento de riscos:

Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir: **Risco de liquidez:** o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em função de realização e liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento de liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pela área de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e aportes de capitais dos acionistas, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

PAULO CÉZAR REIS
Diretor Presidente

ANTÔNIO MÁRCIO MIGUEL
Diretor Financeiro

VALDIVINO CORREIA DA SILVA
Contador
CRC/GO. Nº 9410

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, analisou e aprovou as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2018, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, as Mutações do Patrimônio Líquido e os Fluxos de Caixa, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas.

Tomando como base o Relatório da Auditoria Independente, concluíram que os documentos examinados traduzem a situação patrimonial e financeira da Empresa, estando estes, em condições de receberem aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Goiânia, 20 de maio de 2019

DORCILIO RABELO

Presidente do Conselho

JOSÉ RUBENS MAGNINO

Membro

RONAN ABREU REIS

Membro

ANTENOR MITO FILHO

Membro

LISANDRO COGO BECK

Membro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2018, compreendendo: Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, as Mutações do Patrimônio Líquido e o Fluxo de Caixa, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas.

Com base no Relatório da Auditoria Independente, concluíram que os documentos examinados traduzem, realmente, a situação patrimonial e financeira da Empresa, estando estes, em condições de serem submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, em consonância com o Art. 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Goiânia, 20 de maio de 2019

PAULO VIEIRA

Membro

LUIZ GUSTAVO SÓCRATES VASCONCELLOS

Membro

GIULIANO PASSOS CARDOSO

Membro

Relatório dos auditores independentes

sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da

Metrobus Transporte Coletivo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Metrobus Transporte Coletivo S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metrobus Transporte Coletivo S.A., em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Metrobus Transporte Coletivo S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal da Companhia. A Companhia vem apresentando sucessivos prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro. A manutenção da atividade operacional da Companhia depende fundamentalmente, da reestruturação operacional, administrativa e financeira da Companhia. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Conforme nota explicativa 1, em 20 de abril de 2011, a companhia celebrou novo contrato de concessão para a exploração dos serviços de transporte coletivo de passageiros. As garantias exigidas contratualmente, não foram, até a data de emissão deste relatório, entregues ao poder concedente, Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo - CMTC. Conforme cláusula quinquagésima segunda do referido contrato, a não apresentação das garantias exigidas, implica na extinção do contrato de concessão.

Através do Ofício nº 599/11-DP/GAB, datado de 18 de agosto de 2011, a Companhia solicitou ao poder concedente prorrogação do prazo para a apresentação das referidas garantias, e até a data de emissão desse relatório, o poder concedente não havia se manifestado sobre o assunto.

A administração da Companhia, e o poder concedente, CMTC - Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos estão discutindo administrativamente sobre a existência ou não de desequilíbrio econômico financeiro a ser suportado pelo poder concedente CMTC - Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos, decorrente: i) do término do contrato primitivo de concessão do período de 31 de dezembro de 1997 a 31 de março de 2011, e ii) do desequilíbrio provocado pelo congelamento das tarifas nos anos de 2013 e 2017, de que trata a Lei Federal nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Metrobus Transporte Coletivo S.A., continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas



demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.

* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as

eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goânia, 06 maio de 2019.

PRIME

Audidores Independentes S/S

CRC-2-SP 023.478/O-7-S-GO

José Francisco Firmino

Contador

CRC-1-SP 196.425/O-8-S-GO

Protocolo 131325

AVISO DE LICITAÇÃO

A Metrobus Transporte Coletivo S/A, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que será realizado através do site <http://www.comprasnet.go.gov.br/>, o seguinte procedimento licitatório:

- **Pregão Eletrônico nº:** 022/2019
- **Tipo:** Menor Preço Global
- **Abertura:** 10/06/2019
- **Horário:** 09h00min
- **Processo nº:** 201900286
- **Objeto:** Contratação de Empresa Especializada em Medicina e Segurança do Trabalho para realização de Exames Médicos Admissionais, Demissionais, Periódicos e Retorno ao Trabalho, necessários aos Funcionários de Diversas áreas da Empresa, por um período de 12 (doze) meses, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

As empresas poderão retirar cópia do edital via Internet, através dos sites <http://www.comprasnet.go.gov.br/> ou <http://www.metrobus.com.br/>. Outras informações através dos telefones (62)3230 7531/7532 - das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, Comissão Permanente de Licitação.

Goânia, 27 de maio de 2019.

JOSÉ VIANA ALVES FERRAZ DE AMORIM

Presidente da Comissão de Licitação

Protocolo 131328

METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S.A.

A METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A, torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 016/19, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em Medicina e Segurança do Trabalho para realização de Exames Médicos Admissionais, Demissionais, Periódicos e Retorno ao Trabalho, conforme processo nº 201900286, foi declarado Deserto.

PAULO CÉZAR REIS
DIRETOR PRESIDENTE

Protocolo 131327

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 14 / 2019

Data da sessão: 12 / 06 / 2019 às 14:00 h

Objeto: Contratação de **LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL** para realizar a alienação de veículos e/ou bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio da Assembleia, pelo período de 12 (doze) meses.

O respectivo edital encontra-se disponível a todos os interessados nos sites <http://www.comprasnet.go.gov.br/> e al.go.leg.br. Informações poderão ser obtidas também pelo e-mail licitacao@al.go.leg.br e telefone: (62) 3221-3155 / 3430.

Goânia, 28 de maio de 2019.

Frederico Leão Abrão
Presidente da CL - ALEGO

Protocolo 131476

MINISTÉRIO PÚBLICO

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

Processo: 201900310701 **Objeto:** Implantação e funcionamento dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas sobre Drogas e dos Fundos Municipais de Políticas sobre Drogas em todos os municípios do Estado de Goiás. **Participes:** Ministério Público do Estado de Goiás e o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás. **Período:** 17/05/2019 a 16/05/2024 **Valor:** Sem valor **Data de Assinatura:** 17/05/2019 **Amparo Legal:** Lei nº 8.666/93, art. 61.

Protocolo 131541

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 055/2019

Sistema de Registro de Preços

Menor Preço Global

Objeto: Prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas, desinsetização e desratização nas dependências próprias, cedidas ou alugadas do Ministério Público do Estado de Goiás - MPMO em comarcas do interior e na capital

Abertura: 14/06/2019 às 10h00.

Local: www.comprasnet.go.gov.br

Informações: Fone: (62) 3243-8331; e-mail: mailto:cpl@mpgo.mp.br; endereço eletrônico: <https://intranet.mpgo.mp.br/sgoc/portal/processos/editais>; ou Rua 23, Qd.A6, Lts. 15/24, Jardim Goiás, Goiânia-GO, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 18:00 horas

Goânia, 27 de maio de 2019.

Cinthia Tattielle de França Rodrigues Lemos
Pregoeira

Protocolo 131376

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 054/2019

Sistema de Registro de Preços

Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de refs e unidades de purificação

Abertura: 13/06/2019 às 10h00.

Local: www.comprasnet.go.gov.br

Informações: Fone: (62) 3243-8331; e-mail: mailto:cpl@mpgo.mp.br; endereço eletrônico: <https://intranet.mpgo.mp.br/sgoc/portal/processos/editais>; ou Rua 23, Qd.A6, Lts. 15/24, Jardim Goiás, Goiânia-GO, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 18:00 horas

Goânia, 27 de maio de 2019.

Cinthia Tattielle de França Rodrigues Lemos
Pregoeira

Protocolo 131416

MUNICÍPIOS

PREFEITURAS

Acreúna

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2019

CONTRATANTE: O Município de Acreúna GO através da